

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA, DECOLONIALIDADE E O DIREITO À IDEOLOGIA HETEROGLÓSSICA E OPACA

EDUCACIÓN LINGÜÍSTICA, DECOLONIALIDAD Y EL DERECHO A LA IDEOLOGÍA
HETEROGLÓSICA Y OPACA

LANGUAGE EDUCATION, DECOLONIALITY, AND THE RIGHT TO A HETEROGLOSSIC AND
OPAQUE IDEOLOGY

Ana Paula Martinez Duboc*

Universidade de São Paulo

RESUMO: Este artigo, de natureza teórica, propõe-se a indagar o futuro dos estudos linguísticos e, em particular, da educação linguística em face dos desafios contemporâneos. Para tanto, veste as lentes do pensamento decolonial (Quijano, 2007; Grosfoguel, 2007; Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2009) para reimaginar conceitos do campo da linguagem. Parte-se da ideia de que, para descolonizar as práticas linguageiras e a educação linguística, torna-se fundamental fissurar construtos que são frutos da herança de teorias da aquisição de línguas sob uma orientação majoritariamente cognitiva e estruturalista. Para tanto, o artigo focaliza dois conceitos muito relevantes no campo, a saber, a ideologia monoglóssica, assentada na ficção das chamadas línguas nacionais ou línguas nomeadas (Makoni; Pennycook, 2007; Monteagudo, 2012), bem como o entendimento ocidental de comunicação assentado no desejo de totalidade, compreensão e inteligibilidade. Para esse movimento fractal, exploram-se os conceitos de colonialidade da linguagem (Veronelli, 2015), racismo linguístico (Nascimento, 2019) e raciolingüística (Rosa; Flores, 2017) ao percebê-los como fundamentais para o acolhimento a uma orientação linguística heteroglóssica e a abertura à condição opaca da comunicação (Veronelli, 2016). O artigo conclui atestando a frutífera renovação crítica dos estudos linguísticos em sua interface com o debate decolonial e o potencial que se revela para pensar uma educação linguística outra.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade. Colonialidade da linguagem. Ideologia heteroglóssica. Comunicação opaca.

* Docente do Departamento de Metodologia e Educação Comparada (EDM) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) onde atua nos cursos de Pedagogia e Licenciatura em Letras bem como no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) Coordena o Grupo de Pesquisa Educação, Linguagem e Colonialidades (ELCo). Desde 2021, co-coordena o Projeto Nacional de Letramentos. Sua pesquisa abrange os seguintes temas: educação linguística crítica e decolonial, , letramento crítico e formação de professores de línguas. E-mail: anaduboc@usp.br.

RESUMEN: Este artículo teórico se propone explorar el futuro de los estudios lingüísticos, y en particular, de la educación lingüística frente a los desafíos contemporáneos. Para ello, se parte de la perspectiva del pensamiento decolonial (Quijano, 2007; Grosfoguel, 2007; Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2009) para reimaginar conceptos en el campo de los estudios lingüísticos. Para decolonizar las prácticas lingüísticas y la educación lingüística, es esencial desmontar los constructos arraigados que resultan del legado de las teorías de la adquisición lingüística, guiadas en gran medida por orientaciones cognitivas y estructuralistas. El artículo se centra en dos conceptos de gran relevancia en este campo: la ideología monoglósica, fundada en la ficción de las llamadas lenguas nacionales o nombradas (Makoni; Pennycook, 2007; Monteagudo, 2012), y la comprensión occidental de la comunicación y su deseo de totalidad, comprensión e inteligibilidad. Este movimiento fractal explora los conceptos de colonialidad de la lengua (Veronelli, 2015), racismo lingüístico (Nascimento, 2019) y raciolingüística (Rosa; Flores, 2017), ya que se consideran ideas fundamentales si se desea adoptar una orientación lingüística heteroglósica y una actitud receptiva a la condición opaca de la comunicación (Veronelli, 2016). El artículo concluye reafirmando la fructífera renovación crítica de los estudios de lenguas bajo una perspectiva crítica y decolonial y las consiguientes potencialidades para pensar la educación lingüística otra.

PALABRAS CLAVE: Decolonialidad. Colonialidad del lenguaje. Ideología heteroglósica. Comunicación opaca.

ABSTRACT: This theoretical article aims to explore the future of language studies, and in particular, language education *vis-à-vis* contemporary challenges. In doing so, it departs from the lenses of decolonial thought (Quijano, 2007; Grosfoguel, 2007; Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2009) to reimagine concepts in the field of language studies. In order to decolonize language practices and language education, it is essential to dismantle ingrained constructs that result from the legacy of language acquisition theories largely guided by cognitive and structuralist orientations. The article focuses on two highly relevant concepts in the field: the monoglossic ideology founded on the fiction of so-called national languages or named languages (Makoni; Pennycook, 2007; Monteagudo, 2012), and the western understanding of communication and its desire for totality, comprehension, and intelligibility. Such fractal movement explores the concepts of coloniality of language (Veronelli, 2015), linguistic racism (Nascimento, 2019) and raciolinguistics (Rosa; Flores, 2017) as these are taken as fundamental ideas if one wishes to embrace a heteroglossic linguistic orientation and a welcoming attitude to the opaque condition of communication (Veronelli, 2016). The article concludes by reaffirming the fruitful critical renewal of language studies under a critical and decolonial perspective and the subsequent potentialities to think language education otherwise.

KEYWORDS: Decoloniality. Coloniality of language. Heteroglossic ideology. Opaque communication.

1 INTRODUÇÃO: A PERGUNTA COMO PONTO DE PARTIDA

Início este texto¹ com algo que aprendi com o pensamento decolonial: a necessidade de situarmos nosso loci de enunciação, ou seja, de onde falamos. Sou uma mulher branca, cis, casada, mãe, docente de uma renomada universidade pública localizada na região sudeste do Brasil, de classe média, enfim, uma mulher carregada de privilégios. Como pesquisadora latino-americana, inserida no campo das Humanidades e falante não nativa do inglês – de quem já se exigiu a correção de suas “*grammar infelicities*” numa produção científica com sotaque – sou mulher que carrega um e outro apagamento.

Portanto, é desse lugar que eu falo: um lugar em que me reconheço tanto como produtora quanto como produto da colonialidade; e essa tomada de consciência tem mudado os rumos da conversa em minha atuação como pesquisadora e formadora de professores de línguas, em particular, a língua inglesa. Aliás, essa tomada de consciência de que posso ser produto e produtora da colonialidade me parece importante num tempo em que a decolonialidade parece ter virado um modismo ou a “nova onda”. A esse respeito, recupero um excerto publicado com Lynn Mario Menezes de Souza, no qual afirmamos o seguinte:

¹ Este artigo é uma expansão de uma conferência por mim proferida no XIV Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos da USP (EPED-USP), evento presencial ocorrido nos dias 20 e 21 de agosto de 2025 na USP.

Quais são alguns dos perigos da pressa em "ser decolonial" denunciando a colonialidade em todos os lugares? Um dos riscos iniciais é ver a colonialidade como algo pertencente ao outro e não a si mesmo. Isso pode ocorrer se o lócus de enunciação não for levado em consideração. Se a colonialidade [...] se refere a um conjunto complexo e interconectado de relações hierárquicas decorrentes da diferença colonial, muitas vezes é difícil identificar em que lado da diferença colonial estamos localizados como analistas críticos. Paralelamente à etapa da interrogação, a identificação da colonialidade precisa partir da nossa consciência do lócus de enunciação. De que lado da diferença colonial estamos localizados? Estamos do lado que toma seu próprio conhecimento como o ponto zero e todos os outros como inferiores? Ou estamos do outro lado e falamos de um lócus de enunciação que nos posiciona como o outro negado, invisibilizado e racializado?² (Souza; Duboc, 2021, p. 881).

Com isso, eu enuncio minha escolha teórica e, conseqüentemente, um posicionamento político alinhado aos valores caros a essa minha escolha: a de vestir as lentes da decolonialidade para pensar a educação linguística na contemporaneidade. Para tanto, lanço uma pergunta como fio condutor deste artigo: *Quais lições podem ser extraídas do pensamento decolonial na constante atualização dos estudos linguísticos como campo epistêmico, e, conseqüentemente, na constante necessidade de imaginar uma educação linguística atenta ao seu tempo?*

Gosto de tomar perguntas como pontos de partida. Gosto de mantê-las comigo ao longo da jornada do pensar junto e do pensar certo (Freire, 2020). Reafirmo, respaldada em Freire (2020), a importância do constante processo de nos indagarmos movidos por nossa condição de inacabamento. Em oposição à educação bancária, do tipo transmissiva, redentora, hermética (porque é envolta em verdades fortes), a ideia de uma pedagogia da pergunta, tal como Freire e Faundez (2013) a propõem, assenta-se na construção coletiva de sentidos e na curiosidade em via de mão dupla, desbancando a figura de um sujeito que educa porque supostamente sabe, e outro que é educado porque supostamente não sabe.

Outro autor que fala sobre o potencial da pergunta é Ramon Grosfoguel (2016), sociólogo porto-riquenho inscrito no pensamento decolonial. Diferentemente de Freire e Faundez (2013) que falam da pergunta no contexto educacional, Grosfoguel (2016) recupera a ideia que dá vida ao fazer político do movimento zapatista: o *andar preguntando*. Essa ideia vem da cosmologia do povo Tojolabal, povo maia do estado mexicano de Chiapas, no extremo sul do país. Dialógico, a exemplo da proposta freiriana, o "andar preguntando" se opõe ao "andar pregando" e propõe um modelo democrático baseado no movimento de "perguntar e escutar" no lugar de "pregar e persuadir", o que implica destituir o vanguardismo da lógica moderno-ocidental como única saída para a governança ao propor valorizarmos o movimento de retaguarda. Essa é uma ideia decolonial. Então, é partindo desse estado de indagação e retaguarda – que não implica retrocesso, vale dizer – que o pensamento decolonial acolhe e do qual tenho coletado algumas lições para o campo da linguagem.

Este artigo se propõe a indagar o futuro dos estudos linguísticos e, em particular, da educação linguística em face dos desafios contemporâneos. Para tanto, veste as lentes do pensamento decolonial para reimaginar conceitos do campo da linguagem. Parte-se da ideia de que, para descolonizar as práticas languageiras e a educação linguística, torna-se fundamental fissurar construtos que são frutos da herança de teorias da aquisição de línguas sob uma orientação majoritariamente cognitiva e estruturalista. Para tanto, o artigo focaliza dois conceitos muito relevantes no campo, a saber, a ideologia monoglôssica assentada na ficção das chamadas línguas nacionais ou línguas nomeadas (*named languages*)³ bem como o entendimento ocidental de comunicação assentado no desejo de

² Tradução livre do original: "What are some of the dangers in the rush to 'be decolonial' by denouncing coloniality everywhere? One of the initial risks is to see coloniality as pertaining to others and not to the self. This can occur if location is not taken into account. If, coloniality as we have just seen refers to a complex and interconnected set of hierarchical relations stemming from the colonial difference, it is often difficult to identify on which side of the colonial difference, we are located as critical analysts. Together with the step of interrogation, identifying coloniality needs to depart from an awareness of one's location, or one's locus of enunciation. On which side of colonial difference is it located? Is it on the side that takes for granted that it, and its knowledges are the punto cero and all other to it is racialized as inferior? Or is one analyzing from a locus of enunciation that has been othered, negated, invisibilized and racialized?"

³ Segundo autores como Makoni e Pennycook (2007), línguas nomeadas (do inglês *named languages*) se referem às ditas "línguas nacionais", criadas e consolidadas no bojo da formação dos Estado-nação da Europa. Ao lado da ideia de cultura nacional, as línguas nacionais operaram como importante elemento do nacionalismo, sendo sintetizada no famoso mote hederiano "*one language, one culture, one nation*". Para os estudos contemporâneos da Sociolinguística e da Linguística Aplicada Crítica, a ideia de "língua nacional" ou "língua nomeada" se assenta em uma ideologia monolíngue que prioriza uma variedade linguística hegemônica e normatizadora enquanto despreza a multiplicidade e o hibridismo que emergem das diversas práticas de linguagem. Inúmeros são os estudos que vão problematizar a ficção do monolingüismo e seus efeitos nocivos por meio da compreensão e interrogação da ideia de língua nacional, em que uma determinada língua passa a ser

totalidade, compreensão e inteligibilidade. Para este movimento fractal, pretende-se explorar os conceitos de colonialidade da linguagem (Veronelli, 2015), racismo linguístico (Nascimento, 2019) e raciolinguística (Rosa; Flores, 2017) ao percebê-los como fundamentais para o acolhimento a uma orientação linguística heteroglósica e para a abertura à condição opaca da comunicação. O artigo conclui atestando a frutífera renovação crítica dos estudos linguísticos em sua interface com o debate decolonial e o potencial que se revela para pensar uma educação linguística outra.

2 PENSAMENTO DECOLONIAL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Em linhas gerais, o pensamento decolonial se caracteriza como um movimento engendrado por intelectuais latino-americanos que propuseram uma renovação crítica das Ciências Sociais na América Latina. Segundo sintetiza Gabriela Veronelli (2015), feminista decolonial argentina, trata-se de um tipo de teoria crítica que, do ponto de vista analítico, busca compreender a organização racializada da sociedade desde o séc. 16 e, do ponto de vista programático, coloca-se como ato político de reexistência e ressurgência. Esse processo de interrogação do passado deu origem ao conceito de colonialidade e da tomada de consciência da preservação do racismo e do sexismo epistêmico a despeito do término legal da colonização.

E, aqui, talvez seja útil apontar que o que parece distinguir o pensamento decolonial dos estudos culturais e da filosofia pós-moderna (sobretudo a teoria pós-colonial) está na inauguração de novos pontos de partida em termos espaciais (o Sul global também produz teorias), em termos temporais (a indagação volta a passados mais longínquos), em termos subjetivos (outros sujeitos passam a enunciar e a reivindicar a legitimidade de suas vozes) e ainda em termos conceituais (ao deslocar a produção do conhecimento para outros espaços, outros tempos e outros sujeitos, passamos a conhecer outras visões e outras teorizações que acabam por dismantlar uma série de ficções hegemônicas).

Dentre as ficções desconstruídas pelo pensamento decolonial está a posição da Europa moderna como a *hubris del punto cero* (Castro-Gómez, 2007) a qual se colocou como ponto de partida geográfico e epistêmico e como centro do conhecimento, da cultura, da civilidade e da humanidade, definindo o Iluminismo como seu marco temporal. A partir do momento que se questiona a Europa moderna como ponto zero, desbancam-se inúmeras outras ficções que desta decorre. São ficções fundamentadas na atribuição da superioridade às epistemologias e ontologias do Norte global em detrimento da atribuição da inferioridade ao Sul global quanto aos seus diferentes modos de pensar, falar, conhecer, agir, sentir.

O fator determinante – mas não exclusivo – para essa superiorização e inferiorização dos sujeitos está no conceito de raça. Em sua teoria da classificação social, Quijano (2007) discute o conceito de raça como uma invenção europeia que serviu ao projeto de civilização moderna, oferecendo, ao homem europeu, a justificativa de que ele necessitava para explorar outros povos. Isso se assenta no conceito de diferença colonial, assim definido por Mignolo (2009, p. 46):

A diferença colonial opera convertendo diferenças em valores e estabelecendo uma hierarquia ontológica e epistemológica entre os seres humanos. Ontologicamente, pressupõe-se que existam seres humanos inferiores. Epistemicamente, pressupõe-se que seres humanos inferiores sejam racionais e esteticamente deficientes.⁴

A diferença colonial, está, portanto, fundamentada na colonialidade do ser, do saber e do poder: enquanto determinados sujeitos são considerados humanos, civilizados e produtores de conhecimento, outros são considerados sub-humanos, desprovidos de civilidade e de saberes, sendo, portanto, passíveis de subjugação e exploração.

nomeada em uma suposta relação direta com um território delimitado: o Francês como a língua da França; o Espanhol como a língua da Espanha; o Português como a língua de Portugal; e assim por diante).

⁴ Tradução livre do original “The colonial difference operates by converting differences into values and establishing a hierarchy of human beings ontologically and epistemically. Ontologically, it is assumed that there are inferior human beings. Epistemically, it is assumed that inferior human beings are rational and aesthetically deficient.”.

E de onde vem essa diferença colonial? A matriz colonial do poder foi engendrada pelo *ego cogito* da Europa Moderna, ou seja, o eu soberano, infalível e desejoso de equivalência divina. Ocorre que o *ego cogito* foi precedido por 150 anos pelo *ego conquiro*, ou o Ser imperial nos termos de Dussel (2005 *apud* Grosfoguel, 2016). Para esse autor, “O *Ego conquiro* é a condição de existência do *Ego cogito* de Descartes” (Dussel, 2005 *apud* Grosfoguel, 2016, p. 30). Subsidiado, então, pelo *ego conquiro*, o *ego cogito* pôde formular o conceito de raça, livre de qualquer escrúpulo ético ou moral, produzindo, assim, uma “justificativa” crível aos olhos daquela sociedade e, até mesmo, da igreja cristã para o extermínio de povos desde o século XVI. Em minha interpretação, a localização da colonialidade do poder, da colonialidade do saber e da colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007) está no *ego cogito* e suas duas outras facetas: o *ego conquiro* e o *ego extermino* (Figura 1). E quem é esse *ego*? É o homem europeu branco, heterossexual e cristão.

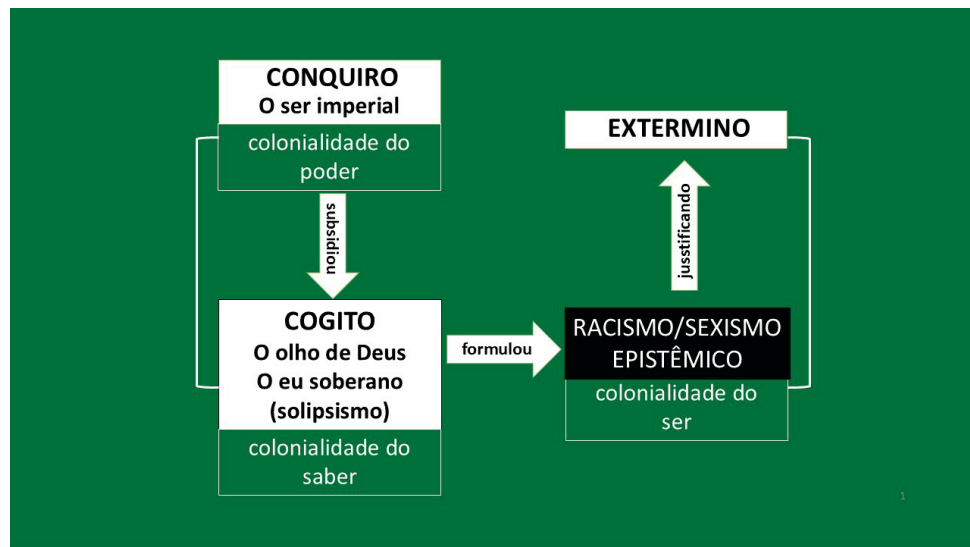


Figura 1: A engrenagem da matriz colonial do poder em três egos: *cogito*, *conquiro* e *extermino*

Fonte: autora (2026)

Como podemos observar, a produção do conhecimento de base ocidental moderna foi fundada numa ego-política do conhecimento. O pensamento decolonial, por sua vez, vem propor pensarmos uma geo-corpo-política do conhecimento (Grosfoguel, 2016) ao trazer à tona a diferença colonial e seus efeitos para determinados corpos. Na próxima seção, aproximo esse debate do campo dos estudos da linguagem.

3 DECOLONIALIDADE E LINGUAGEM: APROXIMAÇÕES

A linguagem opera como um dos elementos fundamentais nessa matriz colonial de poder. A contribuição do debate decolonial (para quem pesquisa aspectos atinentes ao campo da linguagem, para quem ensina línguas ou para quem forma professores de línguas) reside no fato de que olhamos, mais atentamente, ao contexto de enunciação. Sabemos que a valorização do contexto já está contemplada nos estudos linguísticos da segunda metade do século XX, culminando na Sociolinguística interacional, na antropologia linguística e nos estudos sobre discurso. Para mim, a contribuição do decolonial está no convite que nos é feito para usar lupas mais potentes, que traz o corpo de volta (Souza, 2019), marca o não marcado, enxergando, assim, um contexto enunciativo em alta definição. Se para Bourdieu (1977) “[...] a língua vale o que o sujeito vale”, o pensamento decolonial instaura uma pergunta anterior: E o que o sujeito vale? Quem, onde e quando, na história, decidiu o valor dos sujeitos? E ao trazermos o corpo de volta, o que passamos a enxergar quanto ao valor da língua?.

Alguns autores vêm se debruçando sobre os efeitos dos rastros coloniais em práticas languageiras. Já em Fanon (2008, p. 34), por exemplo, que reconhece “[...] na posse da linguagem uma extraordinária potência”, encontramos uma fértil e profunda discussão pautada na premissa de que “[...] falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008, p. 33) de onde se deduz que sua tese central de “[...] liberar o homem de cor de si próprio” (Fanon, 2008, p. 26) passa, inevitavelmente, por situar a linguagem no bojo do debate

decolonial. Ao analisar o fetiche do homem antilhano em falar como um francês, o psiquiatra e filósofo martinicano aponta para os perigos da manutenção da animalidade que foi historicamente atribuída ao homem negro, pois essa busca por assimilação linguística encerra um duplo processo de apagamento e sobrevivência em que “falar como um branco” passa a ser sinônimo de “falar como um humano” (Fanon, 2008), colocando o negro em uma zona do não ser, ou seja, a zona da não humanidade, da animalidade ou bestialidade.

O legado de Fanon, articulado à teoria do pretuguês de Lélia Gonzalez (2020), encontra ecos na produção científica brasileira, com destaque para a discussão que Gabriel Nascimento dos Santos () faz sobre o racismo linguístico (Nascimento, 2019) e a zona do não ser (Santos, 2023). Partindo da ideia de que a linguagem é usada como instrumento de opressão racial contra pessoas negras e falantes de variedades não hegemônicas do português, Nascimento (2019) chama de racismo linguístico o tipo de discriminação linguística e racial que opera na linguagem produzida por sujeitos marginalizados, cujas práticas linguageiras são tomadas como impuras, imprecisas e inferiores. Para o autor, o preconceito linguístico já denunciado pela Sociolinguística quando posto sob um novo escrutínio que considera o debate decolonial, passa a ser compreendido como um dos efeitos do racismo estrutural, levando o autor, então, a falar em racismo linguístico.

Nessa mesma linha, mas olhando para outros sujeitos em outro tempo e espaço, Veronelli (2015) nos apresenta o conceito de colonialidade da linguagem, definido pela autora como o processo de desumanização na e pela linguagem das populações racializadas nos territórios colonizados. O conceito decorre da aproximação que a autora faz entre linguagem, civilidade e humanidade em sua análise sobre o processo de inferiorização dos povos originários da América.

Para tanto, Veronelli (2015) investiga a fundo a criação do paradigma linguístico monolíngue no bojo do período da Conquista e, ao fazê-lo, aproxima sua lupa para o caso da coroa espanhola, em particular, o contexto da origem da *Gramática da língua castelhana* (1492) escrita pelo humanista Elio Antonio de Nebrija e dedicada à rainha Isabel I de Castela com o objetivo de apoiar a unificação política de seu reino. Para destituir o Castelhana, aprendido nas ruas, de seu lugar de língua vulgar, atribuindo-lhe o *status* de uma língua, era preciso uma gramática. E aqui, em texto traduzido no Brasil (Veronelli; Daith, 2021), a autora lança uma pergunta importante:

Uma gramática é um instrumento para ensinar uma língua. Dar a uma língua uma gramática pressupõe, primeiramente, que essa língua vai ser ensinada e, depois, que é importante aprendê-la. Isso poderia pressupor também que, à diferença das línguas vulgares, essa língua pode expressar conhecimento? (Veronelli; Daith, 2021, p. 87)

Curiosamente, segundo explica Veronelli (2015), essa mesma língua (outrora tomada como língua rudimentar) tornou-se, na América, a língua superior, a língua que, provida agora de uma gramática, expressava o conhecimento verdadeiro e universal. Em menos de um ano, a então língua vulgar coloca-se, ela mesma, como um importante elemento para justificar a exploração dos povos do Novo Mundo, ao considerar aquelas formas de expressividade como falhas ou rudimentares, atribuindo àqueles falantes uma “comunicação simples”.

A ausência de civilidade associada a uma questão linguística ganha reforços com a ausência de um outro elemento, a vestimenta. A esse respeito, a autora explica:

Os povos indígenas não possuíam um código de escrita nem a civilidade que as acompanhava e andavam nus como animais. [...] A civilidade é indicada tanto pela aquisição de um código de escrita quanto pela maneira de se vestir. Os povos indígenas eram desprovidos de ambos. [...] Portanto, a ausência de um código de escrita e de vestimentas era incompatível com a ideia de humanidade. A falta de civilidade equivale à bestialidade. (Veronelli; Daith, 2021, p. 116).

A análise de Veronelli (2015) encontra ecos na colonização brasileira, como bem sabemos, já que a ideologia monoglôssica, baseada fortemente no viés solipsista que marca o sujeito europeu moderno, foi subscrita por Pero Vaz de Caminha em sua carta ao El-Rei D. Manuel, onde assim descreve os povos indígenas: “Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria

deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém” (Caminha, 1500, p. 5). A mesma atenção dispendida por Veronelli (2015) à relação entre linguagem, poder e religião encontra-se contemplada no relato de Caminha, o qual prossegue, mais adiante, em sua carta:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. [...] E portanto, se os degredados, que aqui hão-de-ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão-de-fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praz a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. (Caminha, 1500, p. 12).

Ou seja, tanto aqui quanto acolá, o mecanismo de redução do outro a um lócus de déficit encontra, na linguagem, uma justificativa para sua inferiorização sob uma ideologia linguística monoglóssica e logocêntrica que ignora outros modos de ser e de linguajar.

Como podemos observar, o julgamento de valor produzido sobre os corpos indígenas corrobora o argumento de Rosa e Flores (2017) de que a construção social de registros linguísticos está intrinsecamente relacionada à criação de uma identidade racial. Nesse sentido, a linguagem, sob a perspectiva decolonial, passa a ser tomada em intrínseca relação com a sua principal (mas não única) categoria de análise, qual seja: a categoria da raça.

Disso decorre a noção de raciolinguística disseminada por Rosa e Flores (2017). Esses autores (2017) veem, com grande preocupação, o fato de que, mesmo após décadas de uma Sociolinguística compromissada com a recusa das perspectivas de déficit, os discursos estigmatizados, estereotipados e racializados, por vezes, persistem. Partindo dessa constatação e advogando em favor do combate a esses estigmas e estereótipos que se constroem pela e sobre a linguagem, os autores, então, organizam cinco aspectos a considerar no que eles chamam de uma perspectiva raciolinguística.

Primeiramente, torna-se necessário desconstruir a conaturalização de raça e língua como categorias essencialistas, reificadas e intrinsecamente relacionadas, conaturalização essa que foi construída durante o processo colonial e que ainda persiste nos dias atuais. Trazer a questão da raça na engrenagem da lógica “uma língua-uma nação-uma cultura” torna-se fundamental.

O segundo aspecto abordado pelos autores (Rosa; Flores, 2017) trata das percepções sobre o outro e o quanto as diferenças linguísticas e as identidades raciais se entrelaçam nas produções de sentido, reforçando, por vezes, visões discriminatórias advindas daquilo que os autores chamam de “escuta branca”, ou seja, uma posição de escuta racializada fundada em padrões universais como precisão, clareza e normatividade e usualmente atribuídos a uma determinada identidade racial. Esse aspecto, em particular, é merecedor de atenção, posto que a linguagem pode operar como um *gatekeeper* em detrimento de toda uma história de vida marcada por outros investimentos em que o resultado será, segundo Lélia Gonzalez (2020), fatalmente desfavorável aos não brancos e não homens se não mudarmos o rumo dessa conversa. E aqui eu faço um intertexto com a resposta de Grada Kilomba à jornalista do Programa Roda Viva quando foi questionada sobre ter escrito sua tese de doutorado em inglês, uma língua colonial (Roda Viva, 2024). O que a jornalista não percebeu – e Grada, elegantemente teve que elucidar – está no fato de que a pergunta foi formulada numa língua igualmente colonial. Parece-nos, nesse episódio, que a jornalista caiu nas armadilhas de uma visão correspondentista de língua e território e daquilo que Rosa e Flores (2017) chamam de “*white listening subjects*” ou “*white perceiving subjects*”, ao estranhar o fato de que a língua inglesa pode habitar o corpo de Kilomba e tantos outros corpos, a despeito do campo linguístico já ter denunciado a ficção da ideia de propriedade sobre línguas.

Um terceiro aspecto do texto de Rosa e Flores (2017) diz respeito à construção social de registros linguísticos associados a determinadas identidades raciais e o subsequente perigo da distinção universal, generalizada e, por vezes, racista ou sexista sobre um determinado linguajar (como o inglês chicano ou o inglês *ching-chong* referindo-se, indistintamente e de modo pejorativo, às comunidades latina e asiática residentes nos Estados Unidos da América – EUA).

Um quarto ponto levantado pelos autores (Rosa; Flores, 2017) diz respeito às intersecções e *assemblages* linguísticas e raciais e a necessidade de também se considerarem aspectos relacionados à etnia, classe social e gênero em análises interseccionais que levem em conta os múltiplos signos e semioses que compõem sentidos sobre determinados sujeitos.

Por fim, o quinto aspecto trata do reconhecimento de que as formações linguístico-raciais de poder não são pré-determinadas, sendo passíveis de contestação a serviço de diferentes agendas, pendendo ora para a preservação, ora para o enfrentamento do *status quo* (Rosa; Flores, 2017). Reafirma-se, aqui, o papel da linguagem e do discurso no compromisso da transformação social e, em particular, das estruturas onde ainda opera a supremacia branca.

Embora extensa, a resenha que trago aqui desta leitura necessária (Rosa; Flores, 2017) buscou explicitar a intrínseca relação entre linguagem e colonialidade com ênfase para a forte presença dos efeitos da racialização nas práticas languageiras e, consequentemente, a necessidade de vigilância quanto a esses efeitos nos programas de formação de professores de línguas e nas pesquisas em curso. Essa tomada de consciência nos permite combater o tangenciamento desses aspectos, ventilando o campo da linguagem sob outro prisma e, acima de tudo, colocando os estudos linguísticos compromissados com uma educação linguística culturalmente sensível e socialmente justa dentro de uma agenda educacional antirracista no combate a discriminações e preconceitos de toda sorte. Na seção subsequente, focalizo duas renovações críticas que me parecem fundamentais: a ideologia monoglóssica e a ideia de comunicação inteligível.

4 A LINGUAGEM SOB LENTES DECOLONIAIS: RENOVAÇÕES CRÍTICAS EM CURSO

Na seção anterior, apresentei estudos que vêm se debruçando mais detidamente a questões da linguagem em perspectiva decolonial, como os conceitos de colonialidade da linguagem, racismo linguístico e raciolinguística. Partindo da premissa de que a crítica decolonial visa, em última instância, interrogar e interromper a colonialidade, incluindo a que se materializa na linguagem, acredito ser de fundamental importância colocar determinados conceitos sob novos escrutínios, acessando camadas de análise mais complexas que acabam por desvelar algo tangenciado. Trago, nessa seção, duas renovações críticas para o campo da linguagem sob o prisma decolonial.

A primeira renovação diz respeito à interrogação da ideologia monoglóssica e as boas-vindas a práticas pluri ou translingues. A crítica ao mito do monolinguismo não é nova no campo da filosofia da linguagem, tendo já sido refutada por Bakhtin (1981) em sua belíssima discussão sobre a natureza heteroglóssica da linguagem. No campo da Sociolinguística contemporânea e da Linguística Aplicada Crítica, em particular, destaco as contribuições de Blommaert (Duboc; Fortes, 2019), Canagarajah (2021), Canagarajah e Wurr (2011), Makoni e Pennycook (2007), Piller (2016) e Ortega (2019) para citar alguns. Em termos gerais, esses autores acumulam uma produção de conhecimento que converge para a problematização do quanto, historicamente, o mito do monolinguismo foi tomado como natural, normal, esperado enquanto as práticas multilíngues foram postas no plano da excepcionalidade, da raridade ou mesmo da anomalia – Blommaert a partir de Duboc e Fortes (2019) e Monteagudo (2012) – sendo necessária a desinvenção dessa ideologia (Makoni; Pennycook, 2007).

No campo das línguas estrangeiras, por exemplo, a linguista espanhola Lourdes Ortega (2019) nos lembra que as chamadas *SLA theories* – as Teorias de Aquisição de uma Segunda Língua tangenciaram estudos sobre bilinguismo e multilinguismo por longas décadas como reflexo de duas fortes e deletérias ideologias: a ideologia do monolinguismo e a ideologia do falante nativo como modelo ideal. Partindo da premissa de que nosso olhar logocentrado nos mantém reféns dessa ficção do monolinguismo, a autora propõe uma perspectiva mais ontológica, legitimando práticas de linguagem multilíngues, multimodais e multisensoriais. A proposta da autora visa ampliar a noção de construção de sentidos deslocando a primazia da linguagem verbal e legitimando outras semioses que figuram às margens, confinadas a um lugar meramente ilustrativo e representacional. Nas palavras da própria Ortega (2019, p. 29):

[A] construção de sentidos humanos é sempre multisensorial e corporificada, multimodal e situada, e sempre envolve muito mais do que recursos puramente linguísticos ou correspondências perfeitas entre o que é dito (uma questão linguística, da ordem das palavras, mas também incorporada em muitos outros signos, símbolos e recursos não linguísticos), o que é significado (uma questão não linguística de intenção e interpretação) e o que

é compreendido (uma questão não linguística de interpretação e efeito). Não há correspondência perfeita entre linguagem e significado; os dois não são equivalentes, não são mutuamente intercambiáveis⁵

Essa preocupação com a ontologia da linguagem sob a ótica de uma ideologia heteroglósica parece ressoar as contribuições do sociolinguista Lachman Khubchandani que, na década de 90, já trazia questionamentos interessantíssimos, mas pouco difundidos no ocidente, talvez por serem considerados do tipo especulativo ou esotérico como nos alerta Canagarajah (2021, p. 571). Isso porque o autor indiano se desprende epistemicamente das visões ocidentais sobre língua e comunicação ao olhar, de perto, de modo holístico, para aquilo que possibilita a interação em contexto plurilíngue, o que implica abdicar-se de postulações universais e racionais.

Partindo da provocação “Seria a pluralidade linguística uma vantagem ou uma desvantagem para o desenvolvimento social?” (Khubchandani, 1998, p. 5), Khubchandani espia o fenômeno do plurilinguismo na Índia e no Paquistão distanciando-se de construtos como pureza, homogeneidade e controle na comunicação ao propor pensarmos uma prática linguageira impulsionada pela sinergia e pelo acaso em que sujeitos se esforçam ao mesmo tempo em que se mostram abertos à imprevisibilidade da situação comunicativa. Ao invés de uma força centrípeta jogando todos para uma mesma normatividade, o diálogo, aqui, é policêntrico, possibilitando tanto a preservação linguístico-cultural dos diferentes falantes quanto a participação política no entorno de elementos comuns nessa zona de contato. As hierarquias com as quais estamos familiarizados são colocadas em suspensão e a comunicação passa a ser orquestrada pela sinergia da comunicação como um ato humano.

Com relação à segunda renovação crítica, destaco, do debate decolonial, a contribuição para interrogarmos o conceito ocidental de comunicação e a necessidade de pensar uma comunicação outra. A esse respeito, trago o belíssimo ensaio de Eduard Glissant, intitulado *Pela opacidade*, publicado originalmente na *Poética da Relação* (1990) e republicado como artigo em 2008. Em seu ensaio, Glissant (2008) problematiza nosso desejo por simetria, transparência e inteligibilidade como decorrência de nosso entendimento redutível sobre o eu e o outro. Em oposição, Glissant (2008) defende a diferença e a opacidade como direito, pondo em xeque essas nomeações e os pré-julgamentos de valor que essas encerram. Todo o argumento do autor se insere em sua ênfase à relacionalidade como antídoto para os essencialismos. Só há “eu e outro” na lógica da distinção e da redução em que a diferença se torna sinônimo de deficiência. Sob uma perspectiva relacional, a distinção “eu e outro” cai por terra, e a diferença passa a ser compreendida como constitutiva do humano.

A assimetria, na comunicação, sempre foi entendida como um “problema” a ser resolvido, erradicado, suavizado, produzindo-se uma hierarquização no ato comunicativo, em que o outro é colocado em um lócus de falta, falha ou lacuna, como vimos há pouco ao tratarmos da colonialidade da linguagem. Assim, partindo do ensaio de Glissant (2008), Veronelli (2016), em outro texto, tece uma crítica ao conceito ocidental de diálogo, ainda logocentrado, e propõe uma comunicação opaca ou complexa, de natureza relacional e fractal, em nossos processos de tradução cultural. Afirma a autora (Veronelli, 2016, p. 411): “[...] se os diálogos decoloniais não são o produto, mas o motor da decolonialidade, então torna-se urgente imaginarmos trocas dialógicas que não joguem o jogo da colonialidade da linguagem e da fala”⁶

Este artigo reconhece o legado de estudos no âmbito da filosofia da linguagem e da Linguística quanto à recusa da univocidade de sentidos ou da função meramente “representacional” da língua em reflexões que compreendem a linguagem em seus atravessamentos subjetivos, históricos e ideológicos. Assim é que pensadores como Wittgenstein⁷ e seus jogos da linguagem e Bakhtin (1981) e o seu signo ideológico e refratário – para citar alguns – abriram uma fértil discussão sobre os limites da neutralidade e da transparência na comunicação. Este artigo, em particular, discute a ideia de opacidade desde a perspectiva decolonial, cuja crítica

⁵ Do original “[H]uman meaning-making is always multisensory and embodied, multimodal and situated, and always involving much more than purely linguistic resources or perfect correspondences between what is said (a linguistic matter of words but also embedded in many other nonlinguistic signs, symbols, and resources), what is meant (a nonlinguistic matter of intention and construal), and what is understood (a nonlinguistic matter of construal and effect). There is no perfect correspondence between language and meaning; the two are not equivalent, they are not mutually interchangeable or translatable.”

⁶ Tradução livre do original “[...] if decolonial dialogues are not an outcome but the engine of decoloniality, then we need a way of imagining dialogical exchanges that doesn't play in the terms of the coloniality of language and speech” (Veronelli, 2016, p. 411).

⁷ Refiro-me ao segundo Wittgenstein de *Investigações Filosóficas* (1945).

fundada na ideia de “trazer o corpo de volta” desvela elementos até então negligenciados ou não priorizados em estudos anteriores. Ao avançar para a intrínseca relação entre linguagem, identidade e corpo, a crítica decolonial extrapola o valor da subjetividade ou a constatação do sujeito histórico-ideológico ao incorporar à análise linguística e ao fenômeno social da comunicação as categorias de raça, etnia, gênero, sexualidade, consequentemente, novas complexidades.

Inúmeros são os convites para a reimaginação do campo da linguagem e da educação linguística possibilitados por este encontro com o debate decolonial. Para este artigo, escolhi duas renovações críticas que vêm me instigando em minhas recentes reflexões no âmbito de minhas atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade onde atuo. Dado o avanço do número de páginas, é hora de partir para a última seção do texto.

5 CONCLUSÕES: NOVAS PERGUNTAS COMO PONTO DE CHEGADA

Até o momento, apresentei brevemente algumas das ideias do pensamento decolonial, com ênfase para a denúncia da Europa como *el punto cero*, a diferença colonial e a tríade colonialidade do poder, saber e ser, produzidas pelo *ego cogito* em sintonia com suas duas outras facetas: o *ego conquiro* e o *ego extermino*. A linguagem, associada às noções de civilidade e humanidade, operou como um importante critério deste projeto moderno colonial, posicionando determinados sujeitos em um lócus de déficit ao considerar determinadas formas de expressividade como impuras, imprecisas e rudimentares, conforme apontado nos recentes debates sobre colonialidade da linguagem, racismo linguístico e raciolinguística.

Do ponto de vista das pesquisas sobre linguagem e da educação linguística, a aproximação com o pensamento decolonial nos convida a fissurar construtos tradicionais herdados das teorias de aquisição de línguas. Para este artigo, focalizei dois conceitos relevantes no campo, a saber, a ideologia monoglóssica assentada na ficção das chamadas línguas nacionais ou nomeadas bem como o entendimento ocidental de comunicação baseado no desejo de totalidade, compreensão e inteligibilidade. Desse movimento fractal, resulta o convite ao acolhimento de uma orientação linguística heteroglóssica somado à abertura à condição opaca da comunicação. A meu ver, a frutífera renovação crítica dos estudos linguísticos em sua interface com o debate decolonial revela-se como grande potencial para pensar uma educação linguística outra.

É hora de concluir. Após criticar fortemente a ideologia monoglóssica e a ideia de uma comunicação transparente, límpida e simétrica, encontro-me na cilada da síntese, porque sínteses correm o risco de flertar com a ideia de fechamento. Iniciei este artigo enfatizando o potencial da indagação em companhia de Freire (2013, 2020) e sua pedagogia da pergunta e de Grosfoguel (2007, 2016) e a ideia de “*andar preguntando*”. Para tanto, lancei, como ponto de partida, a seguinte pergunta: *Quais lições podem ser extraídas do pensamento decolonial na constante atualização dos estudos linguísticos como campo epistêmico, e, consequentemente, na constante necessidade de imaginar uma educação linguística atenta ao seu tempo?*

Respalhada em Kohan (2024, p. 66) para quem “[...] concluir com perguntas significa que estamos terminando e começando, que estamos fazendo do fim um começo, um chamado, um novo início”⁸, respondo à minha pergunta como ponto de partida com mais perguntas como ponto de chegada, preservando-se a potência de novos começos:

- Como alguém que faz pesquisa no campo da linguagem e da educação linguística, de onde eu falo? Como me percebo dentro de uma sociedade que carrega fortes rastros modernos e coloniais? Percebo-me como produto ou produtor de colonialidades? Ou ambos? Como isso se mostra em meu cotidiano?
- Como alguém que faz pesquisa no campo da linguagem e da educação linguística, como interpreto a estrutura do conhecimento da universidade sob o prisma do pensamento decolonial? Como isso reverbera em meu próprio fazer científico? Eu reconheço rastros do *punto cero* nesse contexto? Eu reconheço rastros de colonialidade do poder, saber e ser nesse contexto?

⁸ Tradução livre do original: “[...] concluir con preguntas significa que estamos terminando y comenzando, que estamos haciendo del fin un inicio, una convocatoria, un nuevo comienzo.” (Kohan, 2024, p. 66)

- Como alguém que já aprendeu (uma) língua(s), sou testemunho da colonialidade da linguagem ou do racismo linguístico nas práticas linguageiras das quais participo(ei)? Em que medida a ideologia monoglóssica está presente nas práticas de letramento das quais participo? Em que bases ontoepistêmicas se assenta o conceito de linguagem e comunicação que eu assumo? Como me posiciono(ei) a respeito? Como quero me posicionar?
- Como alguém que já ensinou ou ensaja ensinar uma língua, que gestos pedagógicos podem ser vislumbrados no desenho de uma educação linguística culturalmente sensível e socialmente justa? Partindo da tríade prevista na agenda decolonial, fundada na identificação, na interrogação e na interrupção da colonialidade, o que pode um olhar decolonial para o discurso e a linguagem na imaginação de uma educação outra?

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *The Dialogic Imagination: Four Essays* by M. M. Bakhtin. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. *Langue française*, Paris, n. 34, p. 17-34, 1977.
- CAMINHA, P. V. *A Carta*. Ministério da Cultura/Biblioteca Nacional, 1. ed., 1500.
- CANAGARAJAH, S. Rethinking Mobility and Language: From the Global South. *The Modern Language Journal*, v. 105, n. 2, p. 570-581, 2021.
- CANAGARAJAH, S.; WURR, A. J. Multilingual communication and language acquisition: New research directions. *The Reading Matrix*, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2011. Disponível em: https://readingmatrix.com/articles/january_2011/canagarajah_wurr.pdf. Acesso em: 08 jan. 2026.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. *El giro descolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 79-92.
- DUBOC, A. P. M.; FORTES, O. B. S. Superdiversity, language, and society: Issues on the move. Interview with Jan Blommaert and Massimiliano Spotti. *Educação E Pesquisa*, v. 45, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/MmCjWGy5tvS6q3v75YgNWIn/?lang=pt#>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 63. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GLISSANT, E. Pela opacidade. *Revista Criação & Crítica*, v. 1, p. 53-55, 2008.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GROSGOUEL, R. Descolonizando los universalismos occidentales: El pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). *El giro descolonial: Reflexiones para una diversidad*

epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 63-77.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 08 jan. 2026.

KOHAN, W. Paulo Freire e la cuestión del método. In: VILSMAIER, U.; HENSLER, L.; MERÇON, J.; FASCHINGEDER, G. (ed.). *Aprendiendo de Paulo Freire para la investigación transdisciplinaria*. Principios, métodos y experiencias. México: FCE, Conahcyt, 2024. p. 47-68.

KHUBCHANDANI, L. M. Plurilingual Ethos: a peep into the sociology of language. *Indian Journal of Applied Linguistics*, v. 24, n. 1, p. 5-37, 1998.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing and Reconstituting Languages. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (ed.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. UK: Multilingual Matters, 2007. p. 1-41.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p. 127-167.

MIGNOLO, W. Coloniality: The Darker Side of Modernity. In: BREITWIESER, S.; KLINGER, C.; MIGNOLO, W. (ed.). *Modernologies: Contemporary Artists Researching Modernity and Modernism*. Barcelona: MACBA, 2009. p. 39-49.

MONTEAGUDO, H. A invenção do monolinguismo e da língua nacional. *Gragoatá*, v. 17, n. 32, p. 43-54, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33031>. Acesso em: 08 jan. 2026.

NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ORTEGA, L. SLA and the study of equitable multilingualism. *The Modern Language Journal*, v. 103, p. 23-35, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/modl.12525>. Acesso em: 08 jan. 2026.

PILLER, I. Monolingual ways of seeing multilingualism. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 11, n. 1, p. 25-33, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17447143.2015.1102921>. Acesso em: 08 jan. 2026.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (ed.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126.

RODA VIVA. *Grada Kilomba justifica a escolha do inglês como língua de sua tese de doutorado*. YouTube, 13 mai. 2024. 7min04seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m-EyXtlJ0M>. Acesso em: 08 jan. 2026.

ROSA, J.; FLORES, N. Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. *Language in Society*, v. 46, n. 5, p. 621-647, 2017.

SANTOS, G. N. dos. A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. *Gragoatá*, v. 28, n. 60, p.1-19, 2023.

SOUZA, L. M. T. M. Decolonial pedagogies, multilingualism and literacies. *Multilingual Margins*, v. 6, n. 1, p. 9-13, 2019. Disponível em: <https://epubs.ac.za/index.php/mm/article/view/1366/960>. Acesso em: 08 jan. 2026.

SOUZA, L. M. T. M.; DUBOC, A. P. M. Deuniversalizing the decolonial: between parentheses and falling skies. *Gragoatá*, v. 26, n. 56, p. 876-911, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/51599>. Acesso em: 08 jan. 2026.

VERONELLI, G. A. Sobre la colonialidad del lenguaje. *Universitas Humanística*, v. 81, p. 33-58, 2015.

VERONELLI, G. A. Coalitional approach to theorizing decolonial communication. *Hypatia*, v. 31, n. 2, p. 404-420, 2016.

VERONELLI, G; DAITH, S. L. Sobre a colonialidade da linguagem. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78169#:~:text=A%20colonialidade%20da%20linguagem%20refere,e%20que%20contina%20at%C3%A9%20hoje>. Acesso em: 08 jan. 2026.



Recebido em 07/09/2025.

Aceito em 01/10/2025.

Publicada em 15/03/2026.